

Conferências

Educação e trabalho: a grande revolução

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Lisboa, 14 de Fevereiro de 2009
(XVII Colóquio Afirse — Secção Portuguesa,
“A escola e o mundo do trabalho”)

ANNIE VINOKUR

A minha tese localiza-se a montante do nível macro tal como foi definido por Claude Lessard. Irá incidir na análise das relações entre o económico e o político, na gestão do trabalho e da educação.

Partirei de duas constatações. A primeira é a de que o que é gratuito não entra no cálculo económico. Daí que está na lógica da acumulação do capital explorar o que é gratuito — quer recursos naturais, quer recursos humanos — até que o seu esgotamento venha a comprometer o crescimento económico. Somente então haverá lugar à preocupação com a manutenção e a multiplicação deste recurso. Segunda constatação: a cada passagem do capitalismo em direcção a um novo regime estável de acumulação, a procura do lucro veio a encontrar obstáculos do lado da mão-de-obra; e, em cada uma, o capital recorreu ao Estado a fim de eliminar esses obstáculos. De todas as vezes teve ao seu dispor pensadores, designadamente economistas, a fim de municiar os políticos com a ideologia e a tecnologia social necessárias. A partir destas duas constatações, desejaria propor-vos um rápido percurso histórico das condições assim impostas ao trabalho e à educação. Tal me parece necessário para analisarmos as ligações entre o económico e o político que dominam a gestão da força do trabalho neste período actual, a que o meu colega Michel Beaud chamou de “a grande mudança do mundo”. Fá-lo-ei em quatro etapas.

I. A primeira etapa é a do capitalismo comercial, que irá chegar em força ao século 17. O lucro aqui provém da esfera da circulação, i.e., da troca. É necessário comprar barato e vender caro. Mas comprar a quem? Terá de sê-lo aos produtores pré-capitalistas — o que actualmente se denomina de sector tradicional — ou seja aos camponeses e aos artesãos. Ora a produtividade destes camponeses e artesãos estava estagnada, enquanto, por outro lado, se vêem dotados de meios de protecção e

de defesa comunitários ou corporativistas. Será pois necessário aumentar o número e as competências dos produtores, e, para tanto, os comerciantes, por intermédio dos mercantilistas, irão ter de fazer apelo a um poder político forte, e assim favorecer a ascensão dos Estados-nações. A ideologia que os mercantilistas propõem faz do príncipe o chefe da empresa pública, o proprietário de todos os recursos do território. São os mercantilistas quem inventa o termo “capital humano”, o que etimologicamente significa *parceria de gado* humana. Virão igualmente a fornecer aos déspotas, “iluminados” pelos seus cuidados, as tecnologias sociais de gestão dos recursos humanos. A partir da dimensão em termos monetários do capital humano, proporão uma série de políticas: políticas demográfica, migratória, de saúde, de educação, de inovação e até o primeiro modelo de planificação da educação em função das necessidades da economia, modelo que será recuperado pela URSS, nos anos 1920, e, seguidamente, pela maior parte dos países sob a égide da OCDE. O problema é que a estes políticos lhes deu combate a resistência dos pequenos produtores comerciantes dos sectores tradicionais, enquanto respaldados na segurança da propriedade e da organização corporativa.

II. Esta resistência só poderia vir a ser vencida pela penetração directa do capital na produção das mercadorias. Para esta segunda etapa, a do capitalismo industrial liberal, seria necessário em primeiro lugar despojar os pequenos produtores tradicionais dos seus meios de produção, de modo a concentrar a propriedade nas mãos dos industriais e coagir os produtores ao trabalho assalariado. Foi assim que as leis sobre as vedações vieram a permitir, em Inglaterra, simultaneamente, a constituição de um capital agrário e a lançar nas estradas a multidão de “braços nus”, base do desenvolvimento industrial britânico. Do mesmo modo, em França, a Lei

Chapeleiro veio a abolir as corporações. Porém, uma vez tomadas estas medidas, o que pediam os representantes do capital industrial pela voz dos economistas clássicos? Que o Estado não interviesse no mercado de trabalho, que se limitasse estritamente às funções de concessão de regalias, a que acrescentam uma outra: a de cuidar da instrução elementar do povo. Porquê? Havia necessidade de transmitir novos conhecimentos, novos saberes, a esta população de assalariados? A resposta é obviamente não, pois que se tratou, pelo contrário, de os despojar dos seus anteriores saberes para os submeter ao ritmo das máquinas. Esta instrução deveria pois ter por objecto principal o de ensinar os comportamentos da pontualidade, obediência, etc., favorecedores da eficácia económica e da paz social.

Dito isto, o sector tradicional perdurará, na Europa, ao longo do século XIX. E irá cumprir no novo regime, cumulativamente, duas funções contraditórias. A primeira a de assegurar, sem custos para o capital, a multiplicação da mão-de-obra fora do trabalho, isto é, a educação das crianças e a satisfação das necessidades na doença, no desemprego e na velhice. Um exemplo disto mesmo surge-nos actualmente na China: é graças à existência ainda de um sector tradicional que os salários nela são baixos e que em caso de recessão se poderá enviar para os campos milhões de operários. Todavia, esta persistência do sector tradicional desempenha igualmente uma outra função, desta feita oposta: permite aos trabalhadores resistir em certa medida às condições impostas pelos empregadores. Um destes factores de resistência, no século XIX, virá a ser *o saber*. Com efeito, a indústria terá necessidade não somente de operários de base, especializados, mas também de pessoas capazes de criar máquinas e de dirigir o trabalho; e estas capacidades provirão do artesanato. Em conclusão, estes operários altamente qualificados irão amanhã situar-se em posição de força face a direcções de empresas, as quais dominam o comércio e a finança, mas não a produção.

Donde, nos finais do século XIX, os esforços para reduzir essa resistência ao incorporar *os saberes* no capital: será esse o propósito do taylorismo, o qual, por intermédio de gabinetes de estudos de métodos que concentram e racionalizam esse saberes, virá a permitir a submissão da totalidade da força do trabalho operário. Daqui resultará, é verdade, um crescimento rápido da produtividade. Mas, porque os salários permanecem muito baixos, encontram-se reunidas as condições para o aparecimento de crises de sobreprodução, que, como a de 1929, se traduzem na desvalorização brutal do capital e na destruição massiva de riquezas materiais e humanas.

III. A terceira etapa, a do capitalismo administrado no quadro nacional, surge em força, logo no dia seguinte

ao termo da segunda grande guerra. Os movimentos de capitais fora das fronteiras nacionais tinham ficado muito limitados. Por conseguinte, a possibilidade de retirar lucros crescentes irá basear-se no modelo keynesiano-fordista, por outras palavras, numa produção de massa que encontra escoamento no consumo pela massa nacional, *id est.*, pelos próprios trabalhadores. De novo será necessário fazer apelo ao Estado para operar as necessárias condições. Em primeiro lugar, o consumo massivo: nesse momento, nos países desenvolvidos, os sectores pré-capitalistas tinham desaparecido. Já se não podia fazer suportar por aqueles sectores tradicionais a multiplicação da mão-de-obra fora do trabalho. Daí que vai ser necessária a internalização desta multiplicação; será função do Estado-providência garantir aos assalariados sistemas de segurança pelo menos iguais aos antigos da propriedade e dos direitos de utilização. Estes novos sistemas de segurança dos trabalhadores por conta de outrem serão os sistemas de segurança social (cobrindo os riscos família, desemprego, doença, velhice), o direito do trabalho, a institucionalização das convenções colectivas, etc. Quanto à produção de massa, será preciso fazer também apelo ao poder político, em razão da intensa carência de mão d'obra qualificada. E como há falta também de mão-de-obra não qualificada, os jovens à saída da escolaridade obrigatória encontram de imediato um trabalho assalariado convenientemente remunerado. Para incentivar os jovens a prosseguir os estudos, virá a ser necessário, por um lado, que a educação seja gratuita, e, por outro, que as perspectivas de emprego futuro sejam satisfatórias e certas. Os empregadores têm assim interesse em contribuir colectivamente, através das suas contribuições fiscais, para o desenvolvimento da instrução escolar. Simultaneamente, na medida em que se esforcem em conservar a rara mão-de-obra que puderam recrutar (emprego de provimento definitivo, remuneração por diuturnidades, etc.), surgem interessados em financiar individualmente a sua adaptação ao posto de trabalho. Condições estas que são evidentemente bastante favoráveis ao aparecimento de uma fortíssima procura da educação.

É esta a época em que os economistas do “capital humano” da Escola de Chicago promoverão a instrução escolar ao estatuto de principal factor do crescimento económico. Em 1961, no congresso de Washington, a OCDE — actualmente o chantre do neoliberalismo — proporia ao mundo inteiro a França e a URSS como exemplos em matéria de política de educação, pelo financiamento público de todos os níveis de ensino e pela planificação centralizada da educação. É a “explosão escolar” em todos os países, que irrompe a partir dos anos 1970, com uma sobreprodução global de diplomados como resposta às necessidades imediatas dos capitais.

Esta sobreprodução poderia vir a ser muito favorável à acumulação se viesse a influir no custo do trabalho.

As protecções dos trabalhadores por conta de outrem nos países industrializados a isso se opõem, do passo que o controlo dos movimentos de capitais impede a exploração dos excedentes de mão-de-obra qualificada no estrangeiro.

IV. Depois dos anos 1970, que verão baixar as taxas de lucro, o problema será resolvido pela contrapartida da liberalização à escala planetária dos movimentos de capitais, que será sustentada pelos economistas neoliberais. Na medida em que autoriza repentinas decisões globais de implantação produtiva, esta desregulação permite, com efeito, aos capitais colocar em competição os territórios e os seus factores imobilizados (força de trabalho, instituições), a fim de os atrair e os conservar. Os indicadores de atracção de cada país, publicados todos os anos, revelam o que os provoca: (i) uma fiscalidade baixa sobre os lucros e os rendimentos — o que vai gerar a “contração orçamental”; (ii) um ratio fraco despesas públicas / PIB — o que vai implicar a redução em particular das despesas sociais e a sua ligação com os rendimentos do trabalho (educação, saúde, reformas, etc.); (iii) a descida do preço do trabalho com o desmantelamento dos sistemas de protecção social; (iv) uma mão-de-obra imediatamente produtiva (“competências”) sem custos para os empregadores; (v) a liberdade para os capitais de penetrar nos sectores até então públicos não-comerciais, em particular a educação, onde se desenvolve uma “indústria” transnacional do ensino, cuja rendibilidade depende em parte da possibilidade de fazer crescer a sua produtividade através da *taylorização* (integração dos saberes dos professores “granularizados” nos sistemas informatizados), e, em parte, da criação de um mercado dos serviços do ensino.

O modelo neoclássico fornece a este projecto uma ideologia: a da competição entre agentes submetidos à racionalidade económica. Na educação, a sua interiorização passa menos pelo conteúdo da instrução que pelo processo de a ela aceder: o indivíduo, que paga os seus estudos financiando-os através de um empréstimo, fica constrangido ao cálculo económico, convidado a comportar-se como gestor habilitado do seu pequeno capital humano e a considerar-se como único responsável pelo resultado. A corrente neoclássica propõe também um modelo de tecnologia social aos governos: a Nova Gestão Pública, transposta da gestão da empresa pelos accionistas. À semelhança da empresa “vazia”, entroncamento de contratos sem fábricas, o Estado deve pilotar e não remar. Para tanto, segundo o princípio da “agência”, determina aos “operadores” obrigações de resultados quantificados, confia o seu controlo a instâncias independentes e homologa os resultados remunerando a performance. Para que esse modo de pilotagem funcione, torna-se necessário que os operadores sejam

autónomos, que o mesmo é dizer “livres” de atingir o mais eficazmente possível os objectivos que lhes sejam impostos. Trata-se assim de um instrumento de reforço do poder estatal, embora seja igualmente adoptado a nível supranacional: o método aberto de coordenação da União Europeia e o *benchmarking* das performances nacionais utilizado pelas organizações internacionais, por exemplo, dele derivam.

A experiência, em vários países, de um quarto de século de implementação dos princípios neoclássicos nos domínios do trabalho e da educação permite-nos tentar fazer a avaliação do modelo:

1. É muito eficaz para exploração do stock disponível de mão-de-obra qualificada e para instrumentalizar o ensino e a investigação ao serviço das necessidades imediatas da economia.
2. Pelo contrário, é incapaz de assegurar o fluxo de renovação do stock. A subida do custo da instrução, combinada com a diminuição dos rendimentos das classes médias educadas, provoca um efeito de tesoura. As carências surgidas — em particular nos serviços públicos — foram inicialmente compensadas pela importação de cérebros estrangeiros. Todavia, os países emergentes guardam doravante os seus diplomados, e as migrações ascendentes, dos países pobres para os países mais ricos, produziram um efeito de “dança das cadeiras” que deixa exangues as universidades dos países na extremidade da cadeia.
3. Ao reduzir a parte do trabalho e ao polarizar os rendimentos num PIB cujo crescimento assenta massivamente no consumo, o modelo surge largamente na origem da crise financeira e económica. Os *suprimes* apareciam como um meio de estimular o consumo, provocando o endividamento de famílias incapazes de reembolsar. Nos Estados-Unidos, a crise do endividamento dos estudantes, o qual corresponde à mesma lógica, está em condições de assegurar a perpetuação da dos *suprimes*.
4. Em todos os domínios em que a competição se ancora sobre o *benchmarking* ou a obrigação de resultados, o seu efeito é o do mimetismo dos comportamentos, por oposição à criatividade, à livre procura de novas soluções para os problemas.
5. Na actual recessão, poder-se-á temer a extensão e o reforço da Nova Gestão Pública, pois que doravante o espaço do político, nacional, já não é o do económico, global. A competição arrisca-se pois a vir a aprofundar os mecanismos que conduziram à crise.

Num artigo recente (*Le Monde*, 25 de Janeiro de 2008), Alain Supiot, servindo-se de uma expressão dos dirigentes chineses, caracterizava as ligações actuais entre o político e o económico como uma “economia comunista de mercado”: “edificado sobre a base do que o capitalismo

e o comunismo tinham em comum (o economismo e o universalismo abstracto), este sistema híbrido vai buscar ao mercado a competição de todos contra todos, a livre permuta e a maximização das utilidades individuais, e ao comunismo a ‘democracia limitada’, a instrumentalização do direito, a obsessão da quantificação e a total indiferença perante o destino de dirigentes e dirigidos”.

Todos aqueles que esta grande revolução teria abraçado poderão contudo recordar a fórmula de Dupuy na sua obra “Para um catastrofismo iluminado”: “o pessimismo da razão deve estar ao serviço do optimismo da vontade”.

Conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Fevereiro de 2009, no âmbito do XVII Colóquio Afirse — secção portuguesa, “A escola e o mundo do trabalho”

ANNIE VINOKUR

vinokur@u-paris10.fr

Universidade Paris X

Tradução de Alves Calado

Vinokur, Annie (2009). O Educação e trabalho: a grande revolução. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Fevereiro de 2009. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 10, pp. 97-100.

Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>